

LUAN VINICIUS BERNARDELLI
(ORGANIZADOR)

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

LUAN VINICIUS BERNARDELLI
(ORGANIZADOR)

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Economia: mercado e relações de trabalho

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Luan Vinicius Bernadelli

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E19 Economia: mercado e relações de trabalho / Organizador
Luan Vinicius Bernadelli. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0279-4
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.794222405>

1. Economia. I. Bernadelli, Luan Vinicius (Organizador).
II. Título.

CDD 330

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coleção “Organização Economia: Mercado e relações de trabalho” é uma obra que tem como objetivo principal o debate científico por meio de trabalhos diversos que compõem seus capítulos. O volume abordará de forma categorizada e interdisciplinar trabalhos, pesquisas, relatos de casos revisões e ensaios empíricos que transitam nos vários caminhos das organizações e da economia.

O objetivo central foi apresentar de forma categorizada e clara estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país. Em todos esses trabalhos, a linha geral foi o estudo de aspectos empresariais ligados às organizações e à economia.

Diversos temas importantes são, deste modo, debatidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres e todos aqueles que de alguma forma se interessam pelo estudo das organizações e da economia. São trabalhos que se empenham em mostrar o papel da sustentabilidade empresarial nas organizações, com ênfase no mercado e suas relações de trabalho.

Dessa forma, a organização deste livro não está pautada sob um critério único, dado a diversidade de temas e métodos que são apresentados. Neste livro, o leitor poderá contemplar 16 capítulos que debatem o mercado e as relações de trabalho.

Possuir um material que retrate o comportamento do mercado de trabalho e o perfil empresarial das organizações é essencial no atual contexto econômico e financeiro, onde há uma intensa modificação no perfil tanto das empresas, quanto dos profissionais. Tratam-se de temas atuais e de interesse direto da sociedade.

Deste modo a obra “Organização Economia: Mercado e relações de trabalho” apresenta uma teoria bem fundamentada nos resultados práticos obtidos pelos diversos professores e acadêmicos que arduamente desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de maneira concisa e didática. Sabe-se o quanto importante é a divulgação científica, por isso evidencia-se também a estrutura da Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores exporem e divulguem seus resultados.

Luan Vinicius Bernardelli

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O MERCADO DE TRABALHO NA PERSPECTIVA DA TEORIA PÓS-KEYNESIANA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Gabriel Cavalcante de Sousa

Juliano Vargas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224051>

CAPÍTULO 2..... 16

ASPECTOS QUE INFLUYEN EN EL CIERRE TEMPRANO DE NEGOCIOS EMERGENTES EN LA LOCALIDAD DE ESCÁRCEGA

María del Carmen Gómez Camal

Felix Alejandra Luna Medina

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224052>

CAPÍTULO 3..... 25

AUDITORIA PRIVADA NO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL DA EMPRESA LOCALIZADA NO MEIO RURAL E URBANO

Domingos Benedetti Rodrigues

Natóia Vatuzi Loose

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224053>

CAPÍTULO 4..... 39

PERFIL Y DIAGNOSTICO SITUACIONAL DE LAS INSTITUCIONES DE MICROFINANCIAMIENTO

Marco Vinicio Juño Delgado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224054>

CAPÍTULO 5..... 50

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E A RELEVÂNCIA DA ECONOMIA CIRCULAR NO PÓS-PANDEMIA

Michele Lins Aracaty e Silva

Leonardo Marcelo dos Reis Braule Pinto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224055>

CAPÍTULO 6..... 67

ENDIVIDAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO DENTRE OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE MANAUS

Danilo Jordanus Sousa Pereira

Fabiana Lucena Oliveira

Sonia Araujo Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224056>

CAPÍTULO 7..... 79

REGULACIÓN DE LAS FORMAS DE TRABAJO COERCITIVO EN LA MINERÍA MEXICANA,

DURANTE EL PERIODO NOVOHISPANO

Elías Gaona Rivera

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224057>

CAPÍTULO 8..... 100

PESQUISA DE MARKETING: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS

Aline Silva Fortes Utpadel

Geneci da Silva Ribeiro Rocha

Paloma de Mattos Fagundes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224058>

CAPÍTULO 9..... 117

COMÉRCIO INTERNACIONAL E ECONOMIA CIRCULAR: PERSPETIVAS E DESAFIOS

Raquel Susana da Costa Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7942224059>

CAPÍTULO 10..... 136

DISCURSO MODERNIZADOR E CONFLITOS SOCIAIS: O SETOR AÇUCAREIRO PERNAMBUCANO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Élcia de Torres Bandeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240510>

CAPÍTULO 11..... 148

O PROFISSIONAL DIGITAL, UMA NECESSIDADE DO NOVO MODELO DE ECONOMIA: COMO SUPERAR ESSE GAP?

Antônio Cardoso da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240511>

CAPÍTULO 12..... 157

ONGS E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A EXPERIÊNCIA DA CECOR NA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE AGROECOLOGIA NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA

Maria Clotilde Meirelles Ribeiro

Rita de Cássia Mendes dos Santos Menezes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240512>

CAPÍTULO 13..... 169

A EMERGÊNCIA DE NOVOS TERRITÓRIOS DA MODA ÍNTIMA NO SERTÃO NOROESTE DO CEARÁ: UM ESTUDO DE FRECHEIRINHA

Milvane Regina Eustáquia Gomes Vasconcelos

Virgínia Célia Cavalcante De Holanda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240513>

CAPÍTULO 14..... 179

REFLEXÕES ACERCA DA SUSTENTABILIDADE SINDICAL NA SOCIEDADE

TECNOLÓGICA

Raquel Hochmann de Freitas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240514>

CAPÍTULO 15..... 192

INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: UMA REFLEXÃO
NECESSÁRIA SOBRE A EFETIVIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO

Uonis Raasch Pagel

Jaqueline Carolino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240515>

CAPÍTULO 16..... 205

A SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA DO MERCADO DE CAPITAIS EM
MOÇAMBIQUE: SEUS DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO SISTEMA FINANCEIRO
INTERNACIONAL

Camila Álvaro Mussa Napuanha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79422240516>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 220

ÍNDICE REMISSIVO..... 221

CAPÍTULO 3

AUDITORIA PRIVADA NO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL DA EMPRESA LOCALIZADA NO MEIO RURAL E URBANO

Data de aceite: 02/05/2022

Domingos Benedetti Rodrigues

Pós-Doutor em Direito URI Campus de Santo Ângelo - RS. Doutor em Educação nas Ciências UNIJUI de Ijuí - RS, Mestre em Direitos Sociais e Políticas Públicas UNISC de Santa Cruz do Sul, Graduado em Direito pela FADISA de Santo Ângelo - RS e Graduado na Licenciatura em Artes Práticas - Habilitação em Técnicas Agrícolas UNIJUI. Prof. do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural - MPDR e do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. Integrante do Grupo de Pesquisas em Produção Agrícola Sustentável vinculado ao MPDR e do Grupo de Pesquisas Jurídicas - GPJUR vinculado ao curso de Direito desta Universidade. Pesquisador e conferencista nas áreas de sua formação, Advogado

Natália Vatuzi Loose

Bacharel em Direito pela Fundação Educacional Machado de Assis - FEMA de Santa Rosa RS. Especialização em Agronegócio (Andamento)

RESUMO: Este trabalho aborda a temática da auditoria ambiental privada no sistema de gestão da empresa localizada no meio rural e urbano, bem como, sua interface com o desenvolvimento econômico sustentável. A situação problema é saber se, realmente, a auditoria ambiental empresarial gera benefícios à preservação dos recursos ambientais onde a empresa rural e urbana desenvolve suas atividades produtivas?

O objetivo do estudo é considerar a auditoria ambiental privada nas empresas localizadas no meio rural e urbano, como medidas preventivas ou corretivas favoráveis ao desenvolvimento sustentável no aspecto ambiental e econômico, para que a gestão empresarial aceite como prática administrativa. A hipótese provisória é de que, a devida execução da auditoria ambiental no sistema de gestão da empresa, se torne um fator determinante para o desenvolvimento sustentável. Assim, pretende-se demonstrar que, a auditoria ambiental privada no âmbito das empresas rurais e urbanas e suas medidas, possam gerar benefícios à empresa e ao meio ambiente, a partir do momento que a equipe de gestão opte em corrigir os problemas indicados pela mesma.

PALAVRAS-CHAVE: Auditoria ambiental. Gestão empresarial. Desenvolvimento sustentável.

PRIVATE AUDIT IN THE ENVIRONMENTAL MANAGEMENT SYSTEM OF THE COMPANY LOCATED IN THE RURAL AND URBAN ENVIRONMENT

ABSTRACT: This work approaches the private environmental audit theme in the management system of a company located in the rural and urban environment, as well as its interface with the sustainable economic development. The situation problem is to really know if the environmental company audit generates benefits to environmental resources preservation where the rural and urban company develops its productive activities? The purpose of the study is consider the private environmental audit in the

companies located in the rural and urban environment as preventive or corrective measures favorable to the sustainable development in the environmental and economic aspect, to the company management to be accepted as an administrative practice. The provisional hypothesis is that the proper execution of the environmental audit in the company's management system becomes a determining factor to the sustainable development. Thus, it is intended to demonstrate that, the private environmental audit within the scope of rural and urban companies and its measures can generate benefits to the company and environment, from the moment that the management team chooses to correct the problems indicated by them.

KEYWORDS: Environmental audit. Company management. Sustainable development.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente ensaio se constitui num estudo acerca da auditoria ambiental privada, aplicada ao sistema de gestão ambiental da empresa localizada no meio rural¹ e urbano², avaliando se ela é um meio de contribuição para o desenvolvimento com vistas à preservação do meio ambiente onde são desenvolvidas as atividades produtivas.

A escolha do tema se justifica por inserir-se no contexto, especialmente, econômico e ambiental da atualidade, pois trata da auditoria como um modo eficaz em curto, médio e longo prazo, promovendo a sadia qualidade de vida e o desenvolvimento ecologicamente sustentável como está previsto no artigo 225 da Constituição Federal de 1988. Pretende-se demonstrar que, o ser humano e as empresas, podem evoluir economicamente sem agredir nem esgotar os recursos naturais. Além disso, visa orientar o desenvolvimento empresarial, objetivando o equilíbrio entre as atividades econômicas e o meio ambiente, sendo a auditoria um importante instrumento técnico e legal contra a degradação ambiental.

O trabalho demonstra o funcionamento de um sistema de gestão ambiental, os conceitos pertinentes, bem como a forma que a auditoria é aplicada no sistema interno e externo da empresa auditada. Será mencionado como se realizada a aplicação de uma auditoria e como ela contribui com transformações benéficas para as empresas. Por fim, o trabalho mostra a relação com o desenvolvimento sustentável e com a devida aplicação de uma auditoria ambiental no sistema empresarial rural e urbano.

Sendo assim, será possível perceber quais contribuições que poderão advir da aplicação de uma auditoria empresarial, apesar de não ser a única forma de contenção da degradação ambiental interna e externa promovida pelas atividades econômicas empresariais.

1 Para efeitos do presente ensaio, considera-se a propriedade rural como a empresa localizada no meio rural. Segundo a Lei nº 8.629/1993 a propriedade rural é “[...] o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja sua localização, que se destine ou possa se destinar a exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial.” Esta norma prevê a possibilidade da propriedade rural localizar-se também no meio urbano, desde que mantenha as atividades nela relacionadas.

2 As demais empresas que atuam em outros ramos da economia e da prestação de serviços em geral, que estão localizadas no meio urbano ou no meio rural, serão consideradas empresas urbanas.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é bibliográfica, ao ponto que o procedimento acontece pela análise de textos já publicados, tais como livros, artigos científicos, doutrinas, legislação constitucional e infraconstitucional. Ademais, trata-se de uma pesquisa explicativa, pois “[...] têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos” (GILL, 2002), visto que analisa a importância da auditoria privada no sistema de gestão ambiental da empresa localizada no meio rural e urbano.

A pesquisa, ainda, qualifica-se pelo método de abordagem dedutivo. O raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas. Por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, de análise do geral para o particular, chegando a uma conclusão (PEREIRA, 2019).

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

O debate a respeito da importância da gestão ambiental empresarial na atualidade, ganha espaços significativos em torno da necessidade das empresas localizadas no meio rural e urbano construir seus planos de gestão a partir da auditoria ambiental privada, a fim de proporcionar eficácia ao sistema de gestão ambiental - SGA, contribuindo assim, com a promoção do desenvolvimento sustentável no seu viés ambiental e econômico, assunto a ser abordado na sequência.

3.1 Auditoria no sistema de gestão ambiental empresarial

As empresas frente à sociedade tem papel transformador, uma vez que suas ações e atividades podem causar impactos ambientais na sua área de atuação. Razão pela qual, tornou-se imprescindível organizar melhor as formas de relação entre a economia e o meio ambiente. As empresas podem priorizar sistemas que vão proporcionar ações preventivas e corretivas, garantindo-lhes maior credibilidade frente à sociedade.

Segundo Fiorillo (2017, p. 614) a auditoria ambiental “[...] é um instrumento de gestão ambiental destinado a facilitar o controle da gestão das práticas com eventual impacto ambiental, bem como de avaliação das políticas de meio ambiente das empresas [...]”

Dessa forma, modificações vêm sendo adotadas em relação ao gerenciamento empresarial, no objetivo de adequar as atividades para maior competitividade no mercado, melhorando assim, a qualidade dos produtos e a estrutura empresarial com vistas ao interesse do consumidor, o qual atualmente é mais consciente e prioriza produtos e serviços sustentáveis (LA ROVERE, 2001).

Logo, uma destas formas de modificar as atividades empresariais, é a implantação de um sistema de gestão ambiental (SGA), o qual possibilita uma melhoria contínua dos produtos, serviços ou atividades empresariais e contribuir diretamente na proteção

ambiental, minimizando ou eliminando impactos internos ou externos.

No tocante ao seu conceito, o SGA corresponde a “[...] um conjunto inter-relacionado de políticas, práticas e procedimentos organizacionais, técnicos e administrativos de uma empresa que objetiva obter melhor desempenho ambiental, bem como controle e redução dos seus impactos ambientais.” (LA ROVERE, 2001, p. 7). Por isso, em relação aos procedimentos adotados e o sucesso de um SGA, é vital que antes da empresa tomar a decisão de prosseguir com as modificações, sua administração esteja ciente das vantagens advindas deste sistema, bem como dos dispêndios financeiros e esforços a serem demandados por todos (ASSUMPÇÃO, 2009).

Para haver mudanças a empresa que optar pelo SGA, terá gastos necessários, mas estes não se comparam as vantagens advindas. Todavia, a melhor forma de comprovação das vantagens, bem como dos dispêndios, é a implantação e avaliação do sistema.

Assim, de acordo com Assumpção (2009), as vantagens indicadas pela maioria das unidades ambientalmente certificadas são: a) o acesso a novos mercados e melhoria na competitividade empresarial; b) melhoria do desempenho ambiental e atendimento a legislações; c) facilidade na identificação de causas de problemas e suas soluções; d) impede desperdícios e ocasiona redução de custos; e) redução e eliminação de riscos e responsabilidades ambientais; f) melhoria na imagem e na relação com funcionários, clientes, fornecedores, vizinhos, fiscalização ambiental e outros detentores de interesses; g) acesso a capital de baixo custo. Já, em relação aos dispêndios, existem as seguintes situações: a) ao tempo de funcionários na elaboração e implantação do sistema e sua administração posterior; b) a necessidade de eventuais assessoramentos; c) treinamento de pessoal.

Importa salientar que, as vantagens são proporcionais aos custos da utilização de um SGA, pois é peça fundamental para uma futura certificação ambiental, que se dará a partir da observância das normas estabelecidas pela NBR ISO 14001, a qual traz orientações básicas para a implantação do SGA. Assim, a empresa estará contribuindo para a preservação ambiental e usufruindo das vantagens antes mencionadas.

O sistema tem suas etapas abordadas como princípios, o qual se fundamenta em cinco princípios básicos: a) conhecer o que deve ser feito, assegurar comprometimento com o SGA e definir a política ambiental; b) elaborar um plano de ação para atender os requisitos da política ambiental; c) assegurar condições para o cumprimento de objetivos e metas e implantar as ferramentas de sustentação necessária; d) Realizar avaliações quali-quantitativas periódicas da conformidade ambiental da empresa; e) Revisar e aperfeiçoar a política ambiental, os objetivos, metas e ações implantadas para assegurar a melhoria contínua do desempenho da empresa (LA ROVERE, 2001).

Esses aspectos, trazidos em forma de princípios, podem ser compreendidos através na Ilustração abaixo, a qual possibilita a visualização do processo de implantação do SGA, o quesito da melhoria contínua e onde exatamente ocorre a avaliação da auditoria ambiental:

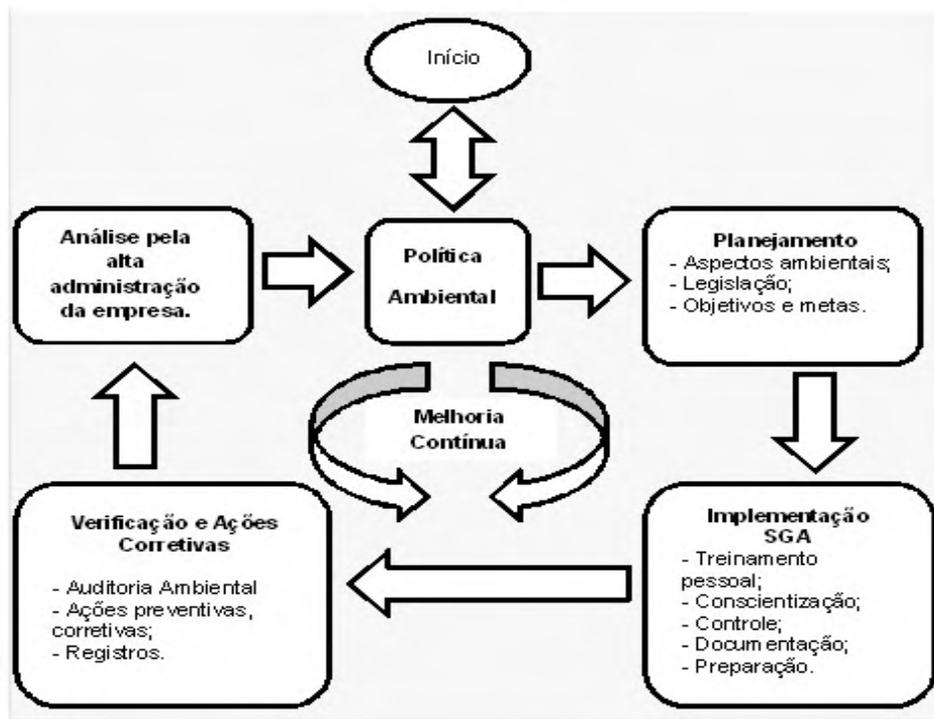


Ilustração 1: Representação dos requisitos básicos para implementação do SGA.

Fonte: Adaptada da NBR ISO 14.001. Disponível em: <http://www.labogef.iesa.ufg.br/labogef/arquivos/downloads/nbr-iso-14001-2004_70357.pdf>.

De acordo com Assumpção (2009) a primeira etapa de uma auditoria, que é muito importante para o SGA, é a questão do comprometimento da direção da empresa. Se não houver o comprometimento de todos, na primeira dificuldade encontrada todo o trabalho pode ser corrompido, além do que, deve haver a avaliação do estado atual em que a empresa se encontra. Em continuidade, a empresa passa a escolha de um gestor ambiental, o qual tem por obrigação no comprometimento e na responsabilidade, pois irá assessorar a implantação do SGA.

Segundo Assumpção (2009), a partir daí é que se passa para a segunda etapa, que é o planejamento e a elaboração das ações com vistas à política ambiental da empresa. Trata das intenções e princípios gerais em relação ao desempenho ambiental, fornecendo uma estrutura para ação e definição de seus objetivos e metas ambientais. E, na terceira etapa para assegurar as condições para o cumprimento dos objetivos e metas, a empresa deverá aparelhar suas instalações com as ferramentas de sustentação necessária, ou seja, de acordo com cada objetivo a empresa deverá dispor de ferramentas necessárias para atingir a meta estabelecida pelo planejamento do SGA.

Assim, é na quarta e quinta etapas que a auditoria ambiental se enquadra, como

sendo ferramenta fundamental para averiguar o adequado funcionamento do sistema de gestão ambiental. É por meio da auditoria que ocorre o acompanhamento e avaliação periódica do comportamento da empresa em relação ao ambiente, tanto interno, que seria o ambiente de trabalho, quanto externo, como instalações e a própria sociedade que a cerca. Com os resultados das avaliações é que se promoverão ajustes voltados a adequação das práticas produtivas a normatização vigente. De acordo com La Rovere (2001, p. 9), é por meio da auditoria que:

[...] passa a ser possível identificar os pontos “fracos”, aqueles passíveis e falhas frequentes, e pontos “fortes”, nos quais não se registram problemas na maioria das análises. A aplicação sistemática e periódica deste instrumento de verificação possibilita uma análise estatística das ocorrências de falhas mais frequentes [...]. Dessa forma, o sistema de gestão ambiental passou a sistematizar a prática da auditoria ambiental como uma etapa no processo de aprimoramento contínuo, ou seja, as medidas necessárias à correção dos erros e à extinção dos pontos “fracos” passaram a ser rotina e a prevenção começou a se tornar a tônica do novo instrumento de gestão.

Então, a auditoria de SGA verifica todos os setores de uma empresa, desde os fortes aos fracos, no intuito de aprimorar as atividades econômicas e avaliar se o sistema foi devidamente implantado e se as ações incorporadas na empresa estão sendo devidamente seguidas para possível anulação de erros e pontos fracos.

Nesse seguimento a NBR ISO 14001, também menciona a auditoria e recomenda que todas as organizações optantes do SGA. A empresa deve se valer da auditoria com vistas a verificar se o sistema está sendo devidamente seguido e a adequação aos requisitos sugeridos pela norma, bem como em relação à legislação ambiental vigente e auditorias anteriormente aplicadas (NBR ISO 14001).

No caso da aplicação da auditoria, da implantação do SGA e o envolvimento da administração, é essencial, pois caso contrário os resultados não serão satisfatórios, uma vez que, para garantia de sua objetividade e eficácia é indispensável à confiança e envolvimento da administração da empresa junto à equipe da auditoria (DONAIRE, 2009).

Nesta perspectiva, La Rovere também faz menção ao comprometimento da administração nos resultados apresentados pela auditoria:

A auditoria ambiental, quando usada como instrumento de controle de critérios e medidas estipulados com o objetivo de evitar a degradação e possíveis acidentes, deve contar com o comprometimento da alta direção da empresa para com a proteção do meio ambiente e a adoção das medidas corretivas que se façam necessárias. A alta direção deve estar consciente de que a aplicação da auditoria ambiental dar-lhe-á a verdadeira imagem do que ocorre em sua empresa, proporcionando a montagem de um perfil realístico dos seus pontos críticos e falhos. (LA ROVERE, 2001, p. 18).

Além do mais, é necessário mencionar que a auditoria de SGA, assim como outras formas de auditorias, abrange e considera todos os setores da empresa, sejam no tocante ao ambiente interno, o qual corresponde a suas instalações, funcionários e as

próprias atividades realizadas, bem como em seu ambiente externo, que engloba também equipamentos, mas, além disso, outras instalações, meio ambiente e população próxima. O autor antes mencionado afirma que:

[...] para que haja consistência nos resultados é importante que as auditorias ambientais nas diversas unidades das empresas e nos distintos períodos sigam padrões semelhantes de abrangência [...]. Os impactos ambientais das empresas não se limitam ao interior desta [...]. Portanto é necessário que a equipe de auditores ambientais considere o entorno da unidade submetida a auditoria, identificando os possíveis impactos e o cumprimento dos critérios estabelecidos para a auditoria [...] é recomendável que o auditor entreviste pessoas que residam em seu entorno, identificando as potenciais reivindicações à unidade (LA ROVERE, 2001, p. 18).

Posto isto, é necessário enfatizar que, mesmo sendo um instrumento importante para a gestão ambiental empresarial, a auditoria não a substitui a gestão. Assim, conforme menciona La Rovere (2001, p. 17): a “[...] auditoria ambiental é um instrumento para a gestão ambiental empresarial, mas não a substitui.”

Logo, é por intermédio da avaliação da auditoria que poderá haver implantação correta de um SGA, visto que a auditoria não substitui este sistema, mas sim trabalha em conjunto, promovendo sua eficácia, e assim, abrindo possível caminho para a certificação da empresa que opta por esta solução. Pois, apenas com o comprometimento ao SGA e a devida aplicação da auditoria, é que haverá de forma gradativa, melhorias em todas as atividades, desde redução de custos a diminuição das agressões ao meio ambiente, promovendo a preservação e boa imagem da empresa.

A aplicação de auditorias em empresas que possuem um SGA, requer comprometimento e responsabilidade de todos os envolvidos, desde sua administração a seus funcionários, pois, apenas, com esse compromisso perante a questão ambiental haverá melhoria contínua. É assim que a auditoria poderá outorgar credibilidade ao SGA de uma empresa e propiciar outros benefícios advindos da opção por este sistema.

3.2 Auditoria ambiental: Um caminho de transformação do sistema produtivo da empresa

Diante da forte influência do mercado e dos consumidores, a busca pela qualidade produtiva e de atividades adequadas às questões ambientais, as empresas em geral são obrigadas a implantar meios de contenção das agressões ambientais, objetivando a qualidade dos seus produtos e serviços, o que ocasionou uma crescente propensão às avaliações de auditorias empresariais nos dias atuais.

No entendimento de La Rovere (2001), a aplicação de uma auditoria eficiente é fundamental, uma vez que, contribui para a melhoria de todos os aspectos empresariais e também gera benefícios ambientais a toda a população. Assim, para que um processo de auditoria ambiental seja eficiente, é importante que seja definido entre auditor líder e cliente, o objetivo e o escopo da mesma.

O planejamento de uma auditoria, conforme mencionado, deve ser definido seus objetivos e escopo, ou seja, ela deve atender as expectativas e necessidades do cliente da mesma. O escopo deve estar definido de forma clara, quanto ao campo de atuação. É nesse sentido, que La Rovere aponta alguns aspectos para delimitação do escopo:

[...] Na delimitação do escopo da auditoria considera-se: Localização geográfica: define-se onde será realizada a auditoria [...]; Limites organizacionais: define-se [...] se a auditoria será aplicada em toda organização [...]; Objeto de auditoria: define-se o que será auditado, isto é, se a auditoria ambiental será aplicada em conjunto com auditorias de saúde, segurança do trabalhador, qualidade do processo produtivo, análise de risco, etc.; Período: define-se o período, isto é, a data a partir da qual serão levantadas as informações e as evidências de conformidade e de não-conformidade da unidade submetida a auditoria[...]; Tema ambiental: avalia-se quais os itens serão avaliados na auditoria [...] (LA ROVERE, 2001, p. 30).

Para o mesmo autor (2001) uma vez estabelecido o objetivo e o escopo, por intermédio dos aspectos acima mencionados é necessária a definição do critério a ser seguido na auditoria ambiental, o qual corresponde às políticas, práticas, regulamentos dentre outros dispositivos a serem utilizados pelo auditor na coleta das evidências. Além disso, a empresa auditada deve disponibilizar recursos suficientes ao apoio da auditoria e selecionar uma equipe de auditores adequados. A partir deste planejamento é que se inicia o preparo de uma auditoria. Essencial a esta preparação, é a aceitação e colaboração do auditado. Nesta etapa é objetivado minimizar o tempo despendido pelos auditores na empresa, o que acarretaria em mais custos ao auditado.

O auditor em contato com o auditado coletará informações básicas, por meio de um documento denominado check list, que se trata de uma lista de aspectos relevantes, como é o caso da razão social da empresa, licenciamentos, registros, organograma gerencial, mercado em que a unidade atua, fluxograma do processo de produção, registro e inventário de poluentes, registro de acidentes, legislação pertinente, bem como relatórios de auditorias anteriores. Tais questionamentos são relevantes para avaliar as conformidades e inconformidades da empresa. De posse destas informações os auditores as analisam, estabelecem e preparam os instrumentos e documentos necessários à atividade de campo (LA ROVERE, 2001).

É visto que em relação à auditoria, diversos critérios são analisados, para então ser iniciada a averiguação de campo. É de extremo cuidado a pesquisa e conhecimento da unidade a ser auditada, para que não ocorram erros quanto aos objetivos iniciais fixados junto à empresa, para que o planejamento esteja de acordo com todos os dados fornecidos.

Embora o planejamento da auditoria aparente certa facilidade, a NBR ISO 19011/2002, que trata das diretrizes para auditorias de sistema de gestão da qualidade e/ou ambiental, recomenda e seu requisito 6.4.1, que o plano de auditoria inclua o seguinte:

a) os objetivos da auditoria; b) o critério de auditoria e qualquer documento de referência; c) o escopo da auditoria, inclusive com identificação das unidades

organizacionais e funcionais e processos a serem auditados; d) as datas e lugares onde as atividades de auditoria no local serão realizadas; e) o tempo esperado e duração de atividades de auditoria no local, inclusive reuniões com a direção do auditado e reuniões da equipe da auditoria; f) as funções e responsabilidades dos membros da equipe da auditoria e das pessoas acompanhantes; g) a alocação de recursos apropriados para áreas críticas da auditoria. Convém que o plano de auditoria também inclua o seguinte, se apropriado: h) identificação do representante do auditado na auditoria; i) o idioma de trabalho e do relatório da auditoria, se ele for diferente do idioma do auditor e/ou do auditado; j) os principais pontos do relatório de auditoria; k) arranjos de logística (viagem, instalações no local, etc.); l) assuntos relacionados a confidencialidade; m) quaisquer ações de acompanhamento de auditoria. Convém que o plano seja analisado criticamente e aceito pelo cliente da auditoria, e convém que seja apresentado ao auditado antes do início das atividades de auditoria no local (NBR ISO 19011).

Quando o auditor segue tais requisitos, torna-se maior a garantia de sucesso no desenrolar da auditoria, uma vez que, o plano deve ser criticamente analisado. Também é fundamental o aceite deste pela empresa auditada, para então, dar início as atividades de auditoria no local.

Na aplicação da auditoria, todos os trabalhadores e administradores da unidade devem estar cientes da data de sua realização, sendo que, nesta etapa haverá a identificação das não conformidades supostamente encontradas nas averiguações e documentos juntados na pré-auditoria. A sua aplicação no local se inicia por uma reunião de abertura, na qual os auditores se apresentam e expõem a todos interessados da unidade os objetivos da auditoria e o modo como pretendem conduzi-la. De outra forma, os auditados também se apresentam e informam de que forma poderão auxiliar na condução da mesma (LA ROVERE, 2001).

É importante que a data da realização seja de conhecimento de todos os interessados da empresa, Também, os auditores levem ao conhecimento da unidade auditada e como funciona sua gestão, a fim de coletar evidências, as quais serão o suporte para a auditoria. Então:

As evidências são obtidas em entrevistas com empregados; observação das práticas de trabalho; exame dos processos de produção; controle dos equipamentos; e revisão da documentação, tais como, manuais de procedimento, manifestos de resíduos, mapas de risco. O protocolo ou a lista de verificação auxiliam na coleta de evidências, direcionando a atuação dos auditores de modo que estes não se desviem do objetivo da auditoria [...]. A coleta de informações precisas deve ir além da simples observação de documentos preexistentes, para tanto, pode-se usar, alternativamente ou cumulativamente, três técnicas: Entrevista [...], observação [...] teste de verificação: úteis para avaliar os sistemas de controle interno [...] bem como, para identificar a conformidade com os critérios da auditoria em situações de atividade "anormais" na unidade (LA ROVERE, 2001, p. 37).

Após esta importante etapa, que verifica todo o sistema da empresa e coleta de

dados importantes para conclusão da auditoria, vem a apresentação dos resultados obtidos através das evidências coletadas e avaliadas.

Ao fim do trabalho de campo os auditores devem apresentar aos interessados o que foi detectado durante a auditoria, para que a empresa conheça logo as evidências, e assim, sanar suas dúvidas ou eventuais desentendimentos por parte dos auditores. Em seguida os mesmos informam as recomendações de cunho imediato com ênfase nos itens que apresentam maiores riscos, ocorrendo a definição do tempo para o relatório final, Então, através desta reunião é que se encerra a auditoria no local e em seguida é gerado o seu relatório (LA ROVERE, 2001).

O autor antes mencionado (2001) afirma ser, será através do relatório final que o resultado da auditoria é registrado e deve ser de forma clara e concisa, garantindo que todas as não conformidades e fatos relevantes estejam elencados neste relatório. Nesse contexto a NBR ISO 19011 em seu requisito 6.6.1, faz menção à forma como deve ser o relatório e o que este deve observar em seu conteúdo:

[...] a) os objetivos da auditoria; b) o escopo da auditoria, particularmente a identificação das unidades organizacionais e funcionais ou os processos auditados e o período de tempo coberto; c) identificação do cliente da auditoria; d) identificação do líder da equipe da auditoria e seus membros; e) as datas e lugares onde as atividades da auditoria no local foram realizadas; f) o critério da auditoria; g) as constatações da auditoria; h) as conclusões da auditoria; O relatório da auditoria também pode incluir ou poder ser referir ao seguinte, se apropriado: i) o plano de auditoria; j) uma lista de representantes do auditado; k) um resumo do processo de auditoria incluindo obstáculos e/ou incertezas encontrados que poderiam diminuir a confiabilidade das conclusões da auditoria; l) a confirmação de que os objetivos da auditoria foram atendidos dentro do escopo da auditoria e em conformidade com o plano de auditoria; m) quaisquer áreas não cobertas, embora dentro do escopo da auditoria; n) quaisquer opiniões divergentes e não resolvidas entre a equipe da auditoria e o auditado; o) as recomendações para melhoria, se especificado nos objetivos da auditoria; p) o plano de ação de acompanhamento negociado, se existir; q) uma declaração da natureza confidencial dos conteúdos; r) a lista de distribuição do relatório da auditoria (NBR ISO 19011).

Diante destes requisitos, o relatório deve ser redigido de maneira específica e completa, havendo uma revisão, para posterior distribuição aos interessados discriminados neste documento final. Após o encerramento destas etapas da auditoria, os responsáveis pela unidade auditada podem se valer de um plano de ação, tomando como ponto inicial as não conformidades encontradas, para posteriormente, adoção dos meios de correção. Esta é a forma utilizada, quando uma auditoria está inserida num programa ou sistema de gestão ambiental (LA ROVERE, 2001).

Importa salientar que, a administração da empresa auditada deve extrair grande proveito da aplicação de uma auditoria, como fora verificado pelas etapas deste mecanismo, pois a mesma tem a oportunidade de conhecer seus pontos fracos e fortes. Em relação as não conformidades, pode encontrar meios de melhoria e investir numa gestão sustentável

como determina a legislação ambiental em vigor.

Atualmente, há inúmeras situações, em que as empresas julgam-se em conformidade legal. Ao passarem por alguma auditoria ambiental podem ser constatadas muitas irregularidades. Mas, um dos grandes motivos é o fato de que, existem empresas que não conseguem constatar os benefícios advindos da auditoria ambiental, pois só levam em consideração os altos custos e supostas desvantagens.

Nos casos em que há comprometimento da direção da empresa e disponibilização de recursos, a auditoria ambiental permite obter vários benefícios, como menciona La Rovere (2001):

- 1) Identificação e registro das conformidades e das não conformidades com a legislação;
- 2) Prevenção de acidentes ambientais;
- 3) Melhor imagem da empresa junto ao público, à comunidade e ao setor público;
- 4) Provisão de informação à alta administração da empresa, evitando surpresas;
- 5) Assessoramento aos gestores na implementação da qualidade ambiental;
- 6) Avaliação, controle e redução do impacto ambiental;
- 7) Minimização de resíduos gerados;
- 8) Promoção de processo de conscientização ambiental;
- 9) Produção e organização de informações ambientais consistentes e atualizadas do desenvolvimento ambiental da empresa.

Já, em relação às desvantagens, que não necessariamente podem ser expostas como desvantagens, e sim como consequências, as quais podem surgir da aplicação da auditoria, segundo o autor antes mencionado (2001):

- 1) a necessidade de recursos adicionais para implantar a auditoria ambiental;
- 2) possibilidade de ocorrerem dispêndios inesperados e de valor expressivo para atender as não conformidades encontradas pela auditoria;
- 3) indicar falsa sensação de segurança sobre riscos ambientais, caso a auditoria seja conduzida de forma ineficaz e errônea;
- 4) possibilidade de sofrer pressões de órgãos governamentais e grupos ambientais para demonstrar os resultados da auditoria.

Em relação as desvantagem que trata da exposição do relatório da auditoria, ou seja, da informação das não conformidades a órgãos governamentais ou grupos ambientais, isto fica a critério da empresa, a qual não é obrigada a divulgar os resultados. Já, a divulgação por parte dos auditores só é permitida com expressa autorização da empresa auditada (LA ROVERE, 2001).

Uma vez mencionadas às vantagens e supostas desvantagens, é necessário entender que, são expressivas as vantagens decorrentes da aplicação de uma auditoria, seja ela nas instalações ou arredores de uma empresa. Apesar da empresa que fora auditada incorrer em certos riscos com gastos e dispêndio de valores, dos quais, talvez, não dispunha inicialmente para proceder as correções em relação as não conformidades, é somente pelo seu comprometimento com as avaliações da auditoria e suas análises dos problemas encontrados, que haverá a transformação da empresa rumo a sustentabilidade ambiental.

Assim sendo, cada etapa pertencente à auditoria ambiental, é importante a busca de problemas empresariais em sua gestão, instalações, produtos ou serviços. Ela fornece a informação destes problemas, para que a empresa auditada possa iniciar as correções necessárias e adequação do controle operacional. Além disso, como visto anteriormente, a auditoria se vale desde a criação de objetivos e critérios, de questionamentos sobre os registros, organograma gerencial, mercado em que a unidade atua, seu fluxograma do processo de produção, inventário de poluentes, registro de acidentes, bem como a legislação pertinente.

Neste sentido, a auditoria como forma de transformação empresarial, pode ter seu primórdio, tanto no que diz respeito às instalações da empresa, podendo aprimorá-las, quanto na melhoria do trabalho e saúde dos funcionários e da população dos arredores. Do mesmo modo, ela pode contribuir para a minimização dos impactos ao meio ambiente, pois, prepara a empresa para os proprietários e a sua estrutura de gestão realizar as inspeções e determinar as adequações a serem realizadas.

De outra forma, a auditoria salvaguardará a empresa e gestores de possíveis processos ambientais no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, bem como dos processos Judiciais. Evita a poluição do ambiente interno e externo onde a empresa desenvolve suas atividades produtivas e contribui na preservação do equilíbrio ambiental, da sadia qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável no seu aspecto ambiental e econômico.

A aplicação da auditoria privada numa empresa, quando ocorre a contribuição da sua administração, serve para buscar soluções para as instalações, produtos, formas de trabalho e funcionários, é que se poderão evitar maiores danos ao ambiente.

Uma auditoria em qualquer empresa que se valha deste mecanismo trará benefícios, tanto para a empresa auditada, quanto para meio ambiente em todas as suas interfaces. Além de garantir segurança no aspecto econômico, a aplicação da auditoria e seus ajustes garantem também, qualidade de trabalho para os funcionários, qualidade de vida para a população em torno do estabelecimento empresarial, melhor qualidade dos seus produtos, melhor custo benefício, dentre outros fatores já mencionados.

Portanto, as empresas localizadas no meio rural e urbano como organizações transformadoras, ao optarem pela aplicação de auditorias ambientais para garantir sua conformidade, irão contribuir para preservação dos recursos naturais e meio ambiente como um todo, bem como a sadia qualidade de vida da população. Construirão uma boa imagem de seus produtos e serviços perante a sociedade e, possivelmente, farão com que esta mesma sociedade opte e prefira por seus produtos e serviços sustentáveis.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento econômico, no presente momento, contribui muito para a poluição

ambiental e a sua degradação, pois, quanto maior o crescimento populacional e econômico, maior torna-se o consumo de recursos naturais, considerando o modelo de crescimento que é utilizado na atualidade. Neste contexto, a auditoria ambiental fica evidenciada como um importante instrumento na promoção da adequação das empresas e redução de impactos, pois, as mesmas têm importante papel na preservação e recuperação ambiental.

É por meio da auditoria privada a ser desenvolvida no âmbito das empresas, que as mesmas têm a oportunidade de melhorar seus índices de desenvolvimento econômico e ambiental, tanto na sua área interna, quanto externa, mediante seus produtos e serviços.

Para tanto, a aplicação de auditorias em empresas que possuem um SGA, requer comprometimento e responsabilidade de todos os envolvidos, desde sua alta administração até seus funcionários, pois, apenas, com esse compromisso perante a questão ambiental é que a auditoria poderá outorgar credibilidade ao SGA de uma empresa e propiciar outros benefícios advindos da opção deste sistema.

Cada etapa da auditoria ambiental busca detectar problemas empresariais, sendo estes em sua gestão, instalações, produtos ou serviços. Ela fornece as informações sobre tais problemas para que, a empresa auditada possa iniciar as correções necessárias a adequação do controle operacional, pois se vale desde a criação de objetivos e critérios, até os questionamentos sobre registros, organograma gerencial, mercado em que a unidade trabalha, fluxograma do processo de produção, inventário de poluentes, registro de acidentes, bem como a legislação pertinente.

Como forma de transformação empresarial, a auditoria fornece informações no que diz respeito às instalações da empresa, podendo aprimorá-las, quanto na melhoria do trabalho e saúde dos funcionários e a população dos arredores da empresa auditada. Do mesmo modo que pode contribuir para a minimização de impactos ao meio ambiente. Ainda, ela também prepara a empresa para inspeção dos órgãos superiores e ocasiona a diminuição da poluição, dos gastos desnecessários.

Diante do exposto, o fato das empresas se valerem das auditorias ambientais para garantir o desenvolvimento das suas atividades, salienta-se que, a devida aplicação de uma auditoria ambiental nas empresas, bem como avaliação de seu SGA, contribui de forma positiva para a minimização de impactos e degradações. Garante a propagação dos recursos ambientais às presentes e próximas gerações, transformando-se num instrumento que contribui com o desenvolvimento sustentável no seu aspecto econômico e ambiental. Assim, fica confirmada a hipótese provisória de que, a devida execução da auditoria ambiental no sistema de gestão das empresas localizadas no meio rural e urbano, se constitui num fator determinante para o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 14001**. Trata sobre Sistemas de Gestão Ambiental. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <www.labogefiesa.ufg.br/labogef/arquivos/downloads/nbr-iso-14001-2004_70357.pdf>. Acesso em: 07 de março de 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 19011**. Dispõe de diretrizes para auditorias de sistema de gestão da qualidade e/ou ambiental. Disponível em:<<http://www.cefetsp.br/edu/jcaruso/apostilas/iso19011.pdf>>. Acesso em: 07 de março de 2022.

ASSUMPÇÃO, Luiz Fernando Joly. **Sistema de Gestão Ambiental: Manual Prático para Implementação de SGA e Certificação ISO 14.001/2004**. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html> . Acesso em: 07 de março de 2022.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. 2. ed. 11. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 17. ed. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas S.A, 1999.

LA ROVERE, Emilio Lébre.(Coord.). **Manual de auditoria ambiental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

PEREIRA, José Mathias. **Manual de Metodologia da Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S. A, 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agroindústria canvieira 136, 137, 139, 141, 142, 143, 146, 147

Análise Swot 100, 103, 109

Auditoria ambiental 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38

C

Comércio internacional 117, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131

Crédito 18, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 144, 154, 164, 183, 207

D

Desemprego 1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 71, 142, 145, 153, 213

Desenvolvimento sustentável 25, 26, 27, 36, 37, 52, 53, 54, 55, 62, 65, 66, 117, 120, 129, 131, 161, 183, 192

Digital 118, 126, 128, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 190

E

Economia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 26, 27, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 101, 109, 110, 117, 118, 120, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 131, 132, 134, 137, 139, 140, 147, 148, 149, 152, 154, 160, 163, 168, 171, 172, 174, 175, 176, 196, 199, 200, 201, 203, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Economia circular 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 117, 118, 120, 122, 124, 131, 132, 134

Economia do trabalho 1, 2, 13, 14

Educação 25, 56, 67, 68, 69, 71, 72, 76, 150, 153, 158, 163, 177, 178, 210, 211, 212, 213, 215

Endividamento 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 205, 206, 210, 211, 213, 214, 215, 217, 218

Esclavidud de negros y repartimiento de indios 79

Escola Pós-Keynesiana 1

Espírito Santo 192, 194, 195, 197, 199, 200, 201, 202, 203

F

Financiamento 70, 76, 137, 142, 153, 160, 179, 180, 184, 189, 206, 208, 209, 210, 211, 215, 218

Formas de trabajo 79, 80, 88, 98

Frecheirinha-Ceará 169

G

Gestão empresarial 25

I

Indicações geográficas 192, 195, 198, 203, 204

K

Keynes 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

M

Marketing 71, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 112, 114, 115, 116, 152, 194

Mercado de trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 184

Microcrédito 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49

Mix de marketing 100, 112

Moda íntima 169, 171, 172, 173, 174, 176, 177

Modelo 8, 11, 37, 41, 42, 53, 56, 60, 61, 62, 63, 102, 117, 118, 119, 122, 123, 129, 130, 148, 149, 159, 176, 185, 186, 189, 190

Modernização 114, 136, 137, 138, 139, 144, 147, 161, 172

N

Necessidade 9, 13, 27, 28, 35, 53, 59, 60, 61, 62, 102, 104, 109, 111, 114, 120, 125, 127, 139, 143, 144, 148, 149, 155, 161, 165, 167, 186, 192, 202, 205, 209, 217, 218

Novos territórios 169, 176

P

Pequeñas empresas 24, 39

PNAPO 157, 158, 167

Política pública de agroecologia 157

Pós-pandemia 50, 51, 60, 62, 64

Profissional 25, 148, 149, 151, 152, 155, 156, 180, 183, 185

Propriedade industrial 192, 193, 194, 195, 203, 204

R

Região Nordeste 197

S

Sindicato 142, 149, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191

Sociedade tecnológica 179, 181, 183, 184

Sustentabilidade empresarial 50, 51, 61

Sustentabilidade sindical 179, 183, 186

T

Terceiro setor 157, 158, 159, 160, 166, 168

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho



- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

